

18 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Supremo aprova para TSE três professores de faculdade de Gilmar

Carlos Horbach, Marilda Silveira e Fábio Quintas integram IDP, que tem ministro do STF como sócio

**Decisão foi tomada após o magistrado, que preside corte eleitoral, apresentar uma lista pronta a Cármen Lúcia**

REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

Os três advogados aprovados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta (16) para disputar uma vaga de ministro substituto no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) são professores de um instituto do qual é sócio Gilmar Mendes, ministro do Supremo e presidente do TSE.

Pela ordem, os ministros indicaram os nomes de Carlos Bastide Horbach, Marilda de Paula Silveira e Fábio Lima Quintas. Eles são professores do IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público), do qual Gilmar é um dos donos. Vão integrar uma lista tríplice que será encaminhada pelo Supremo ao presidente Michel Temer, a quem compete nomear um deles para o TSE.

Gilmar defendeu a indicação dos três nomes, segundo notícia publicada no site do STF, tanto do ponto de vista profissional como pelo fato de eles residirem em Brasília, o que seria necessário para uma rápida atuação na corte eleitoral.

Como presidente do TSE,

Gilmar também destacou a relevância do cargo de ministro substituto da corte, que acaba sendo responsável por liminares analisadas no período eleitoral, como as relacionadas à propaganda dos candidatos.

O TSE é composto por sete ministros efetivos e mais sete substitutos. Dois efetivos e dois substitutos são escolhidos pelo presidente da República entre advogados “de notável saber jurídico” indicados pelo Supremo.

Diferentemente, as indicações de advogados para vagas no STJ (Superior Tribunal de Justiça) são feitas pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). As regras estão definidas na Constituição.

Os ministros substitutos representantes da advocacia são convocados quando os ministros efetivos correspondentes estão ausentes devido a férias e licenças, por exemplo, ou porque se declararam impedidos de julgar determinados processos. Sua remuneração varia conforme o número de sessões de que participa.

### INDICAÇÕES

Segundo a reportagem apurou, o TSE enviou um ofício ao STF comunicando sobre a vacância e sobre a necessidade de a corte eleger uma lista tríplice. O ofício do TSE não

continha nenhum nome.

Nesta quarta, no intervalo entre a sessão da manhã e a da tarde no Supremo, Gilmar apresentou a lista pronta à ministra Cármen Lúcia, presidente do tribunal. A votação para a oficialização da lista tríplice foi, então, pautada para o mesmo dia.

Ricardo Lewandowski sugeriu desconforto em votar nomes sem analisá-los antes: “É claro que são nomes conhecidos, mas eu penso que, daqui para a frente, fosse desejável que os nomes indicados sejam acompanhados de um pequeno currículo vitae”.

Gilmar disse que a praxe é manter nomes que vêm de listas tríplexes anteriores, para que “não haja nenhuma surpresa”. Horbach e Silveira já figuraram em listas anteriores, e Quintas é também diretor da escola do TSE, explicou Mendes. O vínculo com o IDP não foi citado.

Os três professores concorrem à vaga deixada pelo advogado Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, que era substituto e tomou posse em maio como ministro efetivo. Os mandatos de efetivos e substitutos duram dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Conforme os currículos disponíveis no site do IDP, Horbach e Silveira dão aula de direito eleitoral. Quintas é professor do mestrado em direito constitucional.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 AGO 2017

## Advogados são renomados, diz corte eleitoral

A assessoria de imprensa do TSE afirmou, em nome de Gilmar Mendes, que a lista tríplice aprovada pelo Supremo na quarta (16), assim como nos casos anteriores, seguiu a tradição da corte de indicar os remanescentes da lista anterior e incluir o nome de mais um jurista.

“Idêntico procedimento ocorreu com relação às listas que resultaram nas nomeações dos ministros Admar Gonzaga, Tarcísio Vieira e Sérgio Banhos”, diz a nota.

“Os integrantes da lista, aprovados por unanimidade, são doutores em direito, advogados renomados e professores em diversas instituições de ensino”, afirma.

Segundo o TSE, o artigo 119 da Constituição Federal prevê que os ministros da classe dos juristas sejam nomeados pelo presidente da República entre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

“Conforme determina a Constituição, os três nomes foram votados pelo plenário do STF”, diz a nota.

A reportagem questionou especificamente sobre um eventual conflito de interesse no episódio por causa do vínculo com o JDP e sobre as indicações terem sido levadas por Gilmar à presidente do STF, Cármen Lúcia. A nota não abordou esses pontos.

A assessoria do STF informou que a instituição não iria se manifestar.

A **Folha** não localizou nesta quinta (17) os indicados.

18 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Inquérito sobre governadores citados pela Odebrecht atrasa

Investigações deveriam correr no STJ, mas ainda não tiveram início

FELIPE BÄCHTOLD  
DE SÃO PAULO

Quase seis meses depois de a delação da empreiteira Odebrecht ter sido homologada, a investigação formal sobre uma parte dos governadores citados pelos delatores da empreiteira, incluindo o paulista Geraldo Alckmin (PSDB), ainda não começou.

Por conta do foro privilegiado, os inquéritos sobre governadores correm no STJ (Superior Tribunal de Justiça), que precisa autorizar o início da investigação. A Procuradoria-Geral da República diz que há casos ainda em apuração interna na instituição — que precede o envio à corte de pedidos de autorização.

A situação difere da de congressistas mencionados pelos delatores, cuja jurisdição é o Supremo Tribunal Federal. No início de abril, o ministro do STF Edson Fachin autorizou a abertura de investigação contra 39 deputados, 24 senadores e oito ministros do governo Michel Temer.

A apuração a respeito deles está na PF, que já ouviu parte dos deputados e senadores, embora nenhuma investigação tenha sido concluída.

Na primeira instância, para onde vão os casos de suspeitos sem foro, a delação da Odebrecht teve seu primeiro grande desdobramento no fim

de julho, com a prisão do ex-presidente da Petrobras Aldeir Bendine, que, segundo executivos da empreiteira, cobrava propina.

A investigação da PF e do Ministério Público Federal partiu dos depoimentos da Odebrecht e rastreou movimentações financeiras e comunicações dos suspeitos.

A delação da JBS, que teve o seu teor divulgado em maio, também cita o financiamento ilegal de campanhas de governadores pelo país, mas nesse caso os pedidos de investigação, na maioria dos casos, ainda não foram encaminhados. Entre os alvos dos delatores, estavam nomes também citados na lista da Odebrecht, como o peemedebista Luiz Fernando Pezão (RJ).

No caso da JBS, houve denúncias já apresentadas contra Temer (que foi suspensa pela Câmara) e contra o senador tucano Aécio Neves (MG).

## SIGILO

Além de Alckmin, a indefinição também ocorre nos casos de Pezão e de Flávio Dino (PC do B-MA). O atraso beneficia aqueles que devem ser candidatos — em caso de condenação por um colegiado de juízes, como o STJ, os réus teriam seus direitos de candidatura barrados.

Alckmin articula candidatura a presidente. Delatores apontaram pagamentos a

campanhas do tucano por meio de caixa dois, sendo que R\$ 2 milhões foram entregues a um cunhado do tucano em 2010, de acordo com o ex-executivo Carlos Armando Paschoal. Ele também apontou que o hoje governador chegou a participar pessoalmente de um acerto.

A bancada do PT na Assembleia de São Paulo, principal opositora do tucano, pediu informações ao STJ sobre o andamento do caso.

Alckmin e os demais governadores vêm negando todas as acusações.

Na delação da Odebrecht, três deles são investigados diretamente no Supremo devido a ligações com suspeitas envolvendo congressistas.

Outros nove governadores tiveram os casos delegados por Fachin. Dois deles já obtiveram decisões favoráveis: a Procuradoria-Geral pediu o arquivamento de um caso que envolvia o petista Fernando Pimentel (MG), sobre suposta tentativa de obstruir a Lava Jato, e uma sindicância aberta sobre supostos repasses ilegais para o peemedebista Paulo Hartung (ES) também foi arquivada.

**CONTINUA**

Outra diferença do STJ em relação às demais instâncias envolve a publicidade das investigações. Entre os governadores, o tucano Beto Richa (PR) teve um inquérito aberto em junho, mas o ministro Og Fernandes determinou o sigilo nos autos de investigação. O caso de Hartung também não tramitou de maneira pública.

A corte diz que o sigilo é utilizado na fase investigatória devido à “necessidade de

preservação de provas e de não prejudicar” a apuração.

O peemedebista Marcelo Miranda (TO) e Raimundo Colombo (PSD-SC) são outros que já são alvos de procedimentos no tribunal em decorrência das acusações feitas pela empreiteira.

No STJ, nenhuma denúncia foi apresentada contra os atuais governadores em decorrência da operação, embora acusações sejam feitas

por delatores desde o primeiro ano da Lava Jato. No STF, hoje são cinco congressistas réus em ações da operação.

### Entre os casos que ainda patinam estão acusações a Geraldo Alckmin (SP), Pezão (RJ) e Flávio Dino (MA)

#### OS GOVERNADORES & A ODEBRECHT

Políticos ainda serão alvo de inquérito no STJ



**Flávio Dino**

**Geraldo Alckmin**

**Luiz Fernando Pezão**

**ESTADO** MA

SP

RJ

**CITAÇÃO** Foi acusado de receber pagamento de R\$ 400 mil para a campanha ao governo em 2010. O delator José de Carvalho Filho afirma que fazia reuniões frequentes sobre um projeto de lei de sua autoria sobre investimentos em Cuba

Delatores apontaram pagamentos a campanhas dele por meio de caixa dois, sendo que R\$ 2 milhões foram entregues a um cunhado do tucano em 2010, de acordo com o ex-executivo Carlos Armando Paschoal

Foi acusado de receber vantagem indevida em espécie e em contas no exterior. O ex-diretor de infraestrutura da Odebrecht Benedicto Júnior falou em R\$ 20,3 milhões pagos para a campanha em 2014 por meio de caixa dois

**OUTRO LADO** Nega ter recebido recursos da Odebrecht

Jamais pediu ou recebeu recursos ilícitos

Nega ter recebido recursos ilícitos e ter conta no exterior

#### Casos em andamento no STJ

#### Arquivamento encaminhado



Beto Richa (PR)



Marcelo Miranda (TO)



Marconi Perillo (GO)



Raimundo Colombo (SC)



Paulo Hartung (ES)



Fernando Pimentel (MG)

18 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Na inauguração de caravana, juiz suspende título a Lula na Bahia

Ex-presidente se tornaria doutor honoris causa pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano

**Em decisão, magistrado diz que houve desvio de finalidade na aprovação da homenagem, feita antes de evento político**

Uma decisão da Justiça Federal da Bahia suspendeu título de doutor honoris causa que seria entregue ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta sexta (18) pela UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano).

A homenagem foi aprovada pelo conselho universitário da instituição e estava prevista para ser entregue ao ex-presidente na cidade de Cruz das Almas (BA), durante a agenda de viagens que o petista iniciou nesta quinta pelos Estados do Nordeste. Lula tem dito que deseja ser candidato do PT à Presidência da República.

A determinação veio do juiz Evandro Reis, da 10ª Vara Federal Civil da Bahia, que afirma haver “desvio de finalidade revelador de ofensa à moralidade administrativa, pois outorgado às vésperas de o laureado empreender caravana pelo Nordeste”.

Segundo Reis, a homenagem tem “vistas a propiciar manifestação ruidosa do réu

Luiz Inácio Lula da Silva no local da entrega da homenagem ao coincidi-la com o evento em que ele está envolvido de visibilidade político-partidária denominado ‘Brasil em Movimento’”.

A decisão foi tomada após ação popular protocolada pelo vereador de Salvador Alexandre Aleluia (DEM). Segundo ele, a universidade tem feito “campanha antecipada” e não pode homenagear um ex-presidente que foi condenado por corrupção pela Justiça Federal de Curitiba, no caso tríplex. Lula recorre da condenação e tem dito que não cometeu irregularidades.

Foram suspensos tanto o ato administrativo que concedeu o título como a solenidade de entrega da homenagem. Para o magistrado, além do desvio de finalidade houve “hostil violação da regra administrativa” na aprovação do título, proposto por membros do conselho universitário — resolução da UFRB aponta que só o reitor e o conselho diretor do centro de ensino podem propor esse tipo de homenagem.

Ao final da decisão o juiz pede que “oficie-se à Polícia Federal por e-mail e por mandado para que esteja presente na data e local anunciados

da entrega da honraria, e em caso de descumprimento desta decisão adote as medidas cabíveis”.

Procurado, o Instituto Lula não se posicionou sobre o assunto. Cabe recurso à liminar do juiz.

A UFRB disse que ainda não foi notificada da decisão.

## CARAVANA

A caravana de Lula pelo Nordeste foi iniciada nesta quinta em Salvador e passará por 28 municípios da região. Ele chegou à capital baiana às 16h30 e viajou na cabine do metrô até as proximidades da Arena Fonte Nova. Ele entrou numa van e seguiu até o estádio.

À noite, cinco militantes anti-Lula foram detidos pela Polícia Militar após um deles sacar uma arma durante a chegada do ex-presidente.

Segundo o major responsável pela segurança do ato, o homem que estava com a arma foi detido e será submetido a exame para que a polícia identifique se ele atirou ao alto no momento em que a van passava. (JOSÉ MARQUES, CATIA SEABRA E JOÃO PEDRO PITOMBO)

18 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### OAB quer urgência em análise de impeachment

Ação que cobra Maia  
foi protocolada no STF

A Ordem dos Advogados do Brasil entrou nesta quinta-feira (17) com uma ação no Supremo Tribunal Federal para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), analise o pedido de impeachment de Michel Temer apresentado pela entidade.

O afastamento dele foi solicitado à Casa em maio, dias após o início do caso JBS.

O presidente do conselho nacional da OAB, Claudio Lamachia, pede que Maia seja acionado para fazer andar no Legislativo a análise sobre a saída de Temer. O relato do caso no STF será Alexandre de Moraes, ex-ministro de Temer.

Pelas regras do Legislativo, o presidente da Câmara deve verificar se o pedido de impeachment atende aos requisitos e encaminhá-lo para uma comissão, que decide se ele terá seguimento.

Não está previsto em lei um prazo para que seja feita a análise, mas a OAB considera que a falta de providências "representa ato ilegal e omissivo e, ao final, revela grave violação aos preceitos constitucionais".

Maia não se manifestou sobre o assunto.

#### PAINEL

**Ovo da serpente** A ministra Nancy Andrighi, do STJ, relatou a colegas que depois que votou para manter a condenação de Jair Bolsonaro por ofensas à deputada Maria do Rosário (PT-RS), na terça-feira (15), passou a receber uma série de ligações e e-mails com xingamentos.

18 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Deputado pede na Justiça que Assembleia vote emenda

Campos Machado quer aumentar teto salarial

Conduzindo do jeito que está a discussão da PEC do teto, a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) “tinha que mudar de nome, é Assembleia do PSDB”, diz o deputado Campos Machado (PTB), autor da emenda que prevê aumento do salário de servidores do Estado.

Ele protocolou, na quinta (17), um mandado de segurança no Tribunal de Justiça, pedindo que o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), pautasse seu projeto.

A matéria foi aprovada pela CCJ e tem apoio de 20 dos 21 partidos na Casa, menos o do PSDB. A PEC eleva o teto do funcionalismo público estadual de R\$ 21 mil, salário de Alckmin, para R\$ 30 mil, remuneração de um desembargador.

Como é uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), não precisaria passar por sanção do governador —que, para Campos, poderia pedir a inconstitucionalidade da Justiça, sem interferir no Legislativo.

Em nota, Macris diz lamentar “a decisão de judicializar um assunto que deveria ser pauta exclusiva do Legislativo” e que não tem informações sobre o impacto da PEC.

O tucano defende cautela ao tratar do tema e que cabe ao presidente do Legislativo elaborar a pauta das sessões. (GABRIELA SÁ PESSOA)

### Caso Abdelmassih tem reviravolta e ex-médico deve voltar à prisão

DE SÃO PAULO - O ex-médico Roger Abdelmassih terá que voltar para a prisão após o Tribunal de Justiça ter revogado nesta quinta-feira (17) a liminar que garantia o direito de cumprir a pena em casa, acatada no fim de semana.

Abdelmassih teve a prisão domiciliar revogada na última sexta (11), quase um mês depois de ter sido transferido da penitenciária de Tremembé, no interior, para o aparta-

mento onde moram sua mulher e filhos no Jardim Paulistano, bairro nobre de São Paulo.

A volta para Tremembé foi cancelada já que sua defesa conseguiu aprovar liminar para ele continuar em casa. Na ocasião, ele estava internado no hospital Albert Einstein.

O ex-médico teve alta na terça (15) e, com a nova decisão judicial, deve voltar para o presídio onde permaneceu por cerca de três anos.

### Análise de recurso de nutricionista que matou Vitor Gurman é adiada

DE SÃO PAULO - Após pedido de dois desembargadores, o Tribunal de Justiça adiou nesta quinta (17) o julgamento de um recurso da nutricionista Gabriela Guerrero —que dirigia a Land Rover que atropelou e matou o administrador Vitor Gurman, 24, em julho de 2011, na Vila Madalena (zona oeste de São Paulo).

No pedido, os advogados dela pedem a anulação da decisão da Justiça em primeira ins-

tância, que decidiu mandar a acusada a júri popular.

O relator desembargador Miguel Marques e Silva, da 14ª Câmara de Direito Criminal, manteve em seu voto a sentença inicial de pronúncia, negando o recurso. No entanto, os desembargadores Fernando Torres Garcia e Hermann Herschander pediram vistas e a decisão ficou suspensa. O julgamento deve ser finalizado nas próximas semanas.

**MÔNICA BERGAMO**

o desembargador Sergio Pinto Martins dá palestra hoje sobre a reforma trabalhista. Às 15h30, no hotel Golden Tulip.

# FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

## O MPF sequestrou o Congresso

Ou os congressistas honram a sua diplomação e enfrentam essa cáfila de aloprados, ou vamos para a breca

18 AGO 2017

**RESTA UMA** boa notícia na reforma política. Até esta sexta ao menos. Parece que se aprova o voto distrital misto para 2022. Abre-se uma vereda da terra dos mortos morais para o parlamentarismo. No mais, tem-se a luta tenaz por uma terra devastada. Por que é assim? O Legislativo se acovardou. Deixou-se sequestrar pela ala aloprada do Ministério Público Federal.

A reforma está sendo pensada e votada quando a reputação dos políticos vive o seu pior momento. Estão assustados. A prudência tem na coragem a sua melhor conselheira. Imprudentes de verdade são os covardes, capazes de assistir, inermes, à marcha para o abismo, com medo de seus sequestradores virtuais.

O veto à doação de empresas a campanhas, decidido pelo STF em 2015, é uma aberração que começou a ser gestada pelo PT na reforma ensaiada em 2011. O partido imaginava patranhas para se eternizar no poder. Fato: impedir que pessoas jurídicas doassem a candidatos implicava a asfixia econômica dos adversários, uma vez que os petistas já haviam engendrado o sistema que lhes garantiria caixa eterno.

A coisa não prosperou por motivos que não cabem neste artigo. Se o Congresso resistiu aos companheiros, chame-se o Exército Vermelho do STFL (Supremo Tribunal Federal Legislador). Com votação iniciada em 2013 e concluída em 2015, a Corte declarou inconstitucional, por 8 a 3, a doação de empresas. Não há uma miserável letra na Carta que sugira tal coisa. O MPF e seus menores intelectuais infratores, já sob o comando de Rodrigo Janot, o flecheiro ninja-tupinambá, defenderam a proibição.

Corajoso, agora, seria aprovar uma emenda restituindo a doação de pessoas jurídicas. Não acontecerá tão cedo por falta de corajosos. Saída? O fundo público. Sem ele e sem as doações de empresas, as eleições ficariam expostas a quem lida com dinheiro vivo: o crime organizado e certas seitas cuja teologia é bem mais nova do que o uísque que eu bebo. Deus, observo, pode até revelar uma nesga da Graça num bom “single malt”, mas foge de ambientes em que demônios mostram especial predileção pelo bolso de pobres e desvalidos.

Dado o apocalipse brega, quem não poderia faltar com seu juízo final? Deltan Dallagnol e Carlos Fernando, os jecas do moralismo de leisa pátria: gravaram um vídeo (<http://bit.ly/2i9IQ5n>) em que tratam o Congresso como valhacouto de ladrões. Os políticos estariam “enfiaando a mão no seu bolso” para jogar no “saco sem fundos” dos partidos, impedindo a renovação.

Batman e Robin não querem nem doação de empresas nem fundo público. Instituições pra quê? Deixem que eles cuidam de Gotham City. Sem o crime como norma, não se erigem heróis das trevas. Nota à margem: segundo dados oficiais, bem longe da verdade, as eleições de 2014 custaram R\$ 5,1 bilhões. Multipliquem por três. Os eventuais R\$ 3,6 bilhões do tal fundo são amplamente insuficientes. Mas, sem eles, só o crime nos contempla.

Eis o estado da política no “momento sem igual” de combate à corrupção, como quer a turma da Lava Jato. Produz-se hoje o maior nú-

mero de criminosos impunes de que se tem notícia na história, como atestam Sérgio Machado e Joesley, um dos jotas da holding “J&J”.

A “Liga da Justiça” leva a eleição de 2018 à beira do abismo do crime organizado, induz a população à desesperança e ao cinismo e nos faz refêns de bandidos que o outro “J”, o Janot, elegeu como protagonistas da história. Ou não vimos Lúcio Funaro a dizer aos jornalistas que “ainda tem” o “que entregar” sobre Michel Temer, mas que “há uma diferença muito grande” entre o que a PGR lhe ofereceu e o que ele quer?

Passamos a achar normal que um assumido canalha ameace o presidente à luz do dia e imponha um preço ao procurador-geral para fazer o serviço completo. Funaro virou o “bandido de programa” de Janot.

Ou os senhores congressistas honram a sua diplomação e enfrentam essa cáfila de aloprados, ou vamos para a breca. Experimentem a coragem, senhores e senhoras parlamentares! É coisa boa. Só perde para o “single malt”.

18 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# A velha censura

Mais uma vez, parlamentares propõem limites à divulgação de pesquisas de intenção de voto, o que os beneficiaria em detrimento dos eleitores

Aos muitos despautérios da reforma política que tramita no Congresso acrescentou-se, agora, o veto à divulgação de pesquisas de intenção de voto na última semana da campanha eleitoral.

A proposta nem mesmo tem a atenuante de ser um equívoco novo. Desde 1988, praticamente a cada biênio — no ano que antecede a realização de pleitos — parlamentares maquinam para impor alguma limitação às sondagens.

Todas as tentativas fracassaram, seja pelo rechaço da opinião pública, seja por intervenção da Justiça — em 2006, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional impor limites ao acesso a tais informações.

Na ocasião, o relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, equiparou a ideia a proibir “a divulgação de previsões meteorológicas, prognósticos econômicos ou boletins de trânsito”.

Políticos insistem no propósito por entenderem que a publicação de pesquisas pode alterar o desfecho de uma eleição. Argumentam ainda ser possível o uso de institutos venais com o propósito de manipular os resultados finais.

Que a interferência existe, trata-se tão somente de uma obviedade. Qualquer dado sobre uma disputa pode e deve ser considerado pelo votante ao definir suas escolhas. A hipótese de privá-lo dessa oportunidade é que não encontra amparo nem na teoria política nem na Constituição brasileira.

Quanto a riscos de fraude, é justamente a transparência o melhor antídoto. Números divulgados na reta final das campanhas serão confrontados de imediato com a realidade das urnas; qualquer sinal de má-fé derrubará a credibilidade dos responsáveis.

Por singelo bom senso, deve-se considerar que, se os eleitores são competentes para selecionar candidatos, também o serão para diferenciar institutos de pesquisa.

Há mesmo um traço antirrepublicano na ofensiva dos parlamentares pelas restrições. Note-se que não está em pauta o veto à realização de pesquisas, mas apenas à divulgação destas para o grande público. Políticos, não por acaso, são os principais consumidores das sondagens, que utilizam para guiar suas campanhas.

Se tal norma passasse a vigorar, teríamos duas classes distintas de cidadãos — de um lado, privilegiados com acesso direto aos levantamentos encomendados pelo partido; de outro, o restante da população, privado de conhecimentos fundamentais sobre a disputa.

18 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça condena

# Oscip a pagar R\$ 18 mi à

# Prefeitura de Londrina

Contratado na gestão Barbosa Neto para atuar no programa Saúde da Família, Instituto Gálatas não teria prestado contas da maior parte dos recursos públicos

*O juiz ainda rechaçou as alegações de que o município não havia autorizado pagamentos*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**E**m decisão dessa quinta-feira (17), o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, condenou o Instituto Gálatas, Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) contratada em dezembro de 2010 pelo governo do então prefeito Barbosa Neto (2009-2012), e seu presidente Sílvio Luiz Rodrigues Alves a restituírem ao município o valor de R\$ 12.821.100,80 (corrigido até janeiro de 2015) e aplicou multa civil de R\$ 5.128.440,32 (40% do valor do dano). Os fatos começaram a ser investigados em 2011 com a Operação Antissepsia.

A sentença foi proferida em ação por ato de improbidade administrativa ajuizada em 2016 pela Prefeitura de Londrina, com base em auditoria feita pela CGM (Controladoria Geral do Município) no

termo de parceria cujo valor era de R\$ 8,2 milhões. Os auditores constataram que não houve prestação de contas da maior parte dos recursos – R\$ 7,7 milhões, que corrigidos chegam aos R\$ 12,8 milhões.

Segundo a CGM, entre as irregularidades estavam a “ausência de documentos fiscais, despesas sem comprovante, despesas não previstas no plano de trabalho, ausência de orçamentos, salários sem comprovante de pagamento, guias com valores divergentes da folha, valores pagos irregularmente”.

No processo, o instituto e seu presidente alegaram que os serviços de saúde foram prestados e que os livros contábeis do Gálatas revelam situação diferente. Porém, para o juiz, “a aceitação da prestação de contas dos recursos públicos recebidos pela Oscip por força de termo de parceria pressupõe a observância

de rigorosos requisitos substanciais estabelecidos na legislação e no contrato. Requisitos esses cuja preterição torna a prestação de contas imprestável ao fim a que se destina.”

O magistrado observou que apesar das alegações, o instituto e seu presidente não conseguiram afastar as conclusões da CGM. Embora a defesa houvesse solicitado a realização de perícia contábil nos números da Controladoria, o procedimento acabou não sendo feito por desistência dos réus. “Ante a falta de prova em contrário, prevalecem as conclusões apuradas (pela CGM), sobretudo porque as auditorias, ainda que de caráter interno, apresentam grau de independência, de forma que a conclusão proferida pelo órgão controlador municipal é dotada de credibilidade, resultado de processo de averiguação das contas”, escreveu.

CONTINUA

18 AGO 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O juiz ainda rechaçou as alegações de que o município não havia autorizado pagamentos e, por isto, os réus seriam credores e não devedores. Vieira lembrou que ação de cobrança ajuizada pelo Gálatas em 2011 foi julgada (pelo próprio juiz) improcedente e já transitou em julgado, ou seja, não há mais possibilidade de recurso.

Além do ressarcimento e da multa, o juiz impôs aos réus outras penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, como suspensão dos direitos políticos por oito anos (no caso do presidente) e proibição de contratação com o poder público por 10 anos.

Deste valor, estão descontados R\$ 612 mil que são cobrados em ação por improbidade ajuizada pelo Ministério Público em 2011. Ao todo, havia 28 réus naquela demanda, ainda não julgada. Essas mesmas pessoas também respondem processo penal, na 3ª Vara Criminal. O advogado dos réus não foi localizado ontem.

As fraudes nos termos de parceria do Gálatas, que foi contratado para executar programas como o Saúde da Família, de exames e prevenção de Aids e DST e serviços farmacêuticos, com a prefeitura foram descobertas em 2011 e culminaram com a deflagração da Operação Antissepsia pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). Outra Oscip contratada na mesma época e também para prestar serviços na área da saúde foi o Atlântico. Ações semelhantes foram ajuizadas e ainda tramitam no Judiciário.

18 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Rezzoneamento eleitoral

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Adalberto Jorge Xisto Pereira, e membros da bancada paranaense em Brasília entregaram ontem, ao presidente do TSE, Gilmar Mendes, o relatório com uma nova proposta de rezzoneamento eleitoral. A ideia deles é que cerca de 380 zonas em todo o País sejam extintas, 30% a mais do que era a expectativa inicial do TSE (70 milhões). No Paraná, 16 zonas devem deixar de existir, ficando o Estado com 190. Xisto Pereira vai conceder uma coletiva de imprensa hoje, em Curitiba, para contar como foi o encontro e explicar a medida.

## INFORME

### Penas aumentada

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, segunda instância da Operação Lava Jato, em Curitiba, aumentou as penas para os executivos da Mendes Júnior. Em julgamento da apelação criminal na quarta-feira (16), a 8ª Turma confirmou a condenação dada pelo juiz Sérgio Moro e aumentou as penas. O ex-presidente da empresa Sérgio Cunha Mendes, um dos donos da empreiteira, teve sua pena elevada de 19 anos e 4 meses para 27 anos e 2 meses.

Executivos da construtora tentam um acordo de delação premiada com a Lava Jato, sem sucesso. Na ação que envolve os executivos da construtora, eles são acusados de crimes de corrupção envolvendo contratos da Petrobras com a Mendes Júnior.

## CAUDIO HUMBERTO

### Repugnância

No DF, o Tribunal de Contas escreve outra página repugnante na história das regalias e privilégios do serviço público: seus conselheiros receberão R\$ 1,6 milhão, retroativos, a título de "auxílio-moradia".

### Penduricalhos nunca mais?

Michel Temer quer acabar "penduricalhos nos contracheques". A expressão foi utilizada há 17 anos pelo então presidente do STJ, ministro Paulo Costa Leite, em sua posse. Nada mudou.

18 AGO 2017

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Retomada?

O Conselho Nacional de Justiça, sob seus primeiros corregedores, criou a expectativa de clima novo no Judiciário na perspectiva do controle externo. Depois houve uma queda como se viu no caso do auxílio moradia. Agora, o CNJ suspendeu pagamentos vultosos a juizes do Mato Grosso como o caso daquele magistrado de Sinop com um contracheque de R\$ 508.928,79 em julho. São 48 magistrados beneficiários de substituição de entrância entre 2005 e 2009. Teve forte repercussão também o fato de a futura procuradora-geral da República haver pedido a suspensão do pagamento do auxílio moradia.

### Liminar

A liminar obtida pelo setor metalmecânico do norte-paranaense no Tribunal Regional da 4ª Região em Porto Alegre, que exclui o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, animou outros setores empresariais, além das cerca de mil empresas do segmento. E a decisão diminui entre 7% e 18% o recolhimento. Bom para eles, ruim para o governo arrecadador.

MAZZA

### Lula resiste

Advogados do ex-presidente Lula querem nada mais nada menos do que a suspensão dos interrogatórios marcados para setembro sob a alegação de que o Ministério Público Federal neles incluiu documentos não periciados. O fato é que o prestígio da Lava Jato, contestado nos tribunais e em recentes decisões, já não é avassalador e Lula se encontra em plena marcha pelo Nordeste, onde vai bem de lbope ao contrário das regiões do Brasil desenvolvido, Sudeste e Sul, áreas em que mesmo nos momentos de supremacia pererecava.

Uma audiência, que sempre tem chispas como a anterior, tem efeitos políticos mais fortes do que os estritamente judiciais, mas como já existe uma condenação ainda não levada à revisão do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, há interesse em ganhar tempo, posto que a demanda possa lá adiante suscitar nulidades. Como a audiência pode ser mantida, prevalece o senso, já garantido judicialmente, de que não serão permitidos acampamentos nas imediações da Justiça Federal, suprimindo-se, em consequência, aquele posto, montado na praça, de apoio ao juiz Sérgio Moro, bem na frente do Tribunal.

18 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

# Moro libera

# R\$ 10 mi para

# ex-marqueteiros do PT

Montante faz parte de um total de  
R\$ 26 milhões confiscados dos  
publicitários João Santana e Monica Moura

Julia Affonso,  
Ricardo Brandt e  
Luiz Vassallo  
Agência Estado

## pele juiz da Lava Jato

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro mandou liberar R\$ 10 milhões ao casal de marqueteiros de campanhas presidenciais do PT, João Santana e Monica Moura. Este montante faz parte de um total de R\$ 25.511.514,44 confiscados dos publicitários.

A defesa do casal vinha solicitando a Moro que desbloqueasse o dinheiro, sob alegação que João Santana e Monica estão "passando por dificuldades". Segundo os advogados, os marqueteiros não podem "trabalhar e auferir renda para seus gastos pessoais e de suas famílias, sendo, então, de vital importância a restituição dos valores remanescentes, inclusive, para pagamento dos honorários advocatícios".

Santana e Mônica são delatores da Lava Jato. O casal foi preso em fevereiro de 2016 e solto em agosto do ano passado. De acordo com Moro, a defesa "juntou elementos aptos a demonstrar de que concordou com a repatriação e o

perdimento dos valores bloqueados na Suíça, de USD 21.657.454,03, e que assinaram todos os documentos necessários à efetivação dessas medidas".

O magistrado relatou que o Ministério Público Federal confirmou que o casal tomou "as providências necessárias para a repatriação e perdimento dos valores mantidos na Suíça".

"A repatriação dos valores mantidos na Suíça ficou a cargo da Procuradoria-Geral da República e ainda tramita, em cooperação jurídica internacional", anotou o juiz da Lava Jato. "Não é justo, a ver do Juízo, penalizar os colaboradores, que fizeram a sua parte no que se refere ao acordo, retendo em bloqueio judicial valores que não foram perdidos no acordo de colaboração".

O magistrado observou que também não seria "prudente" liberar o montante total enquanto a repatriação não for finalizada.

"Podem ainda ser necessárias intervenções dos acusados nos procedimentos em

curso na Suíça. Resolvo, considerando os dois argumentos opostos, liberar parcialmente o valor bloqueado, especificamente R\$ 10 milhões, a serem transferidos da conta para conta a ser indicada pelos acusados e seus defensores", decidiu.

## DELAÇÃO

O relator dos processos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, homologou no dia 4 de abril o acordo de colaboração premiada do casal. Os marqueteiros foram responsáveis pelas campanhas do PT à Presidência da República em 2006, 2010 e 2014.

A delação de João Santana e Mônica Moura foi firmada com o Ministério Público Federal e encaminhada ao STF porque envolve políticos com foro privilegiado perante a Corte.

Os relatos do casal citaram os ex-presidentes Lula e Dilma e até o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

18 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Lula pede a juiz que suspenda interrogatório de setembro

Luiz Vassallo e Julia  
Affonso  
*Agência Estado*

**São Paulo** - A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva requereu nessa quinta-feira (17) ao juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, suspensão do novo interrogatório do ex-presidente, marcado para 13 de setembro, no processo em que o petista é acusado de corrupção passiva por propinas da empreiteira Odebrecht para compra de terreno supostamente destinado à construção de uma futura sede do Instituto Lula.

Na mesma petição, os advogados pediram ao magistrado que determine ao Ministério Público Federal a apresentação de todas as correspondências trocadas com o Ministério Público da Suíça sobre o sistema "My Web Day" - exibindo, inclusive, a via eletrônica dos documentos para que sejam submetidos à perícia.

Segundo os advogados de Lula, a força-tarefa do Ministério Público Federal na Lava Jato informou que não teve acesso à "cópia integral" do sistema, embora um delator da Odebrecht tivesse declarado "estar na posse da chave correspondente". A defesa do ex-presidente alega que o colaborador se "retratou" dessa afirmação, cinco dias após ter requerido o acesso ao "My Web Day".

Ao requerer a suspensão dos interrogatórios marcados para setembro, inclusive o de Lula, a defesa argumentou necessidade de submeter ao contraditório papéis que foram juntados no dia 3 de agosto pelo Ministério Público, "após a realização de 34 audiências e a oitiva de 97 testemunhas".

"O Ministério Público Federal promoveu a juntada tardia de papéis ao processo, impedindo que a defesa pudesse indagar às testemunhas sobre esse material", afirmam os advogados do ex-presidente. "Há necessidade de dar oportunidade para que as testemunhas indicadas pela defesa sejam reinquiridas. A juntada desses papéis também não foi acompanhada de qualquer indicação de origem e devem ser objeto de uma perícia."

18 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça cancela entrega de título honoris causa a petista

Ricardo Galhardo

*Agência Estado*

**São Paulo** - A caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Nordeste nem começou e já tem a primeira pedra no caminho do petista. A Justiça Federal deferiu a liminar cancelando a entrega do título de doutor honoris causa ao ex-presidente concedido pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), criada na gestão do petista, em 2005. A cerimônia para homenagear o petista estava marcada para ocorrer nesta sexta-feira (18), no município de Cruz das Almas, e é um dos roteiros do tour do petista pela região.

A determinação, do juiz Evandro Reimão dos Reis, da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia, estipula a suspensão do evento para esta "ou outra qualquer data". "A solenidade encontra-se marcada para o dia 18/08/2017 e sua realização frustra a prestação jurisdicional, porquanto, acaso procedente a pretensão, não será possível retroceder no tempo para desconstituir a solenidade", diz o magistrado.

O recurso foi apresentado pelo vereador soteropolitano Alexandre Aleluia (DEM). Ainda de acordo com o juiz, o ofício será encaminhado para a Polícia Federal, "para que (a PF) esteja presente na data e local anunciados da entrega da honraria e, em caso de descumprimento desta

decisão, adote as medidas cabíveis"

O Instituto Lula e a universidade por enquanto não vão se pronunciar sobre a decisão.

18 AGO 2017

## TRIBUNA DO PARANÁ

### JUSTIÇA

O Tatuquara recebe nesta sexta-feira e sábado, das 9h às 17h, o programa Justiça no Bairro. O serviço faz parte da Ação Integrada que está sendo realizada pela Prefeitura de Curitiba na regional. Os atendimentos do Tribunal de Justiça serão realizados hoje no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Caximba e amanhã na Rua da Cidadania, que será palco de um casamento coletivo de 50 casais às 18h. Mais informações sobre o Justiça no Bairro: (41) 3200-2802. Serão acolhidas demandas em várias áreas do Direito, como questões cíveis, familiar e registros públicos, além de confecção de título do eleitor e biometria para o TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Para a população de baixa renda, todos os serviços são gratuitos, com exceção do exame de DNA (para conferir paternidade), que custa R\$ 220. Interessados devem levar comprovante de renda e documentos pessoais.

18 AGO 2017

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Reforma do Código de Processo Penal

**A** comissão especial que analisa as mudanças no Código de Processo Penal da Câmara dos Deputados promove, nesta segunda-feira, dia 21, em Curitiba, um seminário para debater o Projeto de Lei que institui o novo Código de Processo Penal. O evento, no Plenário da Assembleia Legislativa, a partir das 19h30, é coordenado pelo deputado federal Delegado Francischini e o deputado estadual Felipe Francischini e terá a presença do juiz federal, Sergio Moro.

Outras presenças confirmadas no seminário são dos deputados federais Danilo Forte (PSB/CE) e João Campos (PRB/GO), do procurador da República, Roberson Pozzobon, do procurador de Justiça do Paraná, Leonir Batisti, do delegado de Polícia Federal e delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, Igor Romário de Paula, do delegado de Polícia Civil do Paraná, Henrique Hoffman, entre outros.

O novo código substituirá o Decreto-Lei em vigor desde outubro de 1941, e contém um conjunto de regras e princípios destinados à organização da justiça penal e aplicação dos preceitos contidos no Direito Penal e na Lei das Contravenções Penais nos julgamentos de crimes.

## Justiça eleitoral. Proposta é entregue a Gilmar Mendes

A bancada paranaense em Brasília, coordenada pelo deputado federal Toninho Wandscheer (Pros), esteve ontem em reunião com o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes. O encontro foi a pedido do presidente do TRE-PR (Tribunal Regional do Paraná), desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, que busca demover Gilmar Mendes da ideia de fechar zonas eleitorais no Paraná.

Uma resolução do TSE, publicada em maio, pode resultar no fechamento de metade das 206 zonas do Estado – forçando os eleitores a buscarem atendimentos em cidades distantes. A contraproposta entregue ontem pelo TRE prevê que apenas 16 de-



TRE-PR quer evitar fechamento de zonas eleitorais | DIVULGAÇÃO

vem ser extintas, economizando R\$ 4 milhões.

O deputado Toninho contou que o ministro prometeu analisar a mudança. “Foi uma proposta bem construída, que teve o apoio da nossa bancada, dos deputados estaduais, dos prefeitos, vereadores e magistrados de todos prefeitos, vereadores e magistrados de todo Estado”, avaliou. ● METRO CURITIBA

## Vaivém, Abdelmassih segue de novo para prisão

Na terceira decisão sobre o caso em menos de uma semana, o Tribunal de Justiça de São Paulo mandou ontem o ex-médico Roger Abdelmassih, 74 anos, de volta ao sistema prisional – ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Abdelmassih foi conde-

nado a 181 anos de prisão por estuprar 37 pacientes que iam a seu consultório fazer tratamento para engravidar. Ele cumpria prisão domiciliar obtida devido a seu estado de saúde, e havia monitoramento por tornozeleira eletrônica.

● METRO

## Memória. Processos da ditadura são publicados

O MPF (Ministério Público Federal) lançou ontem o sítio eletrônico “Brasil: Nunca Mais Digit@l” (bnmdigital.mpf.mp.br), com mais de 850 mil páginas de processos judiciais movidos contra presos políticos durante a ditadura militar.

Antes do fim do regime advogados e ativistas em direitos humanos trabalharam sigilosamente, fazendo cópias

em xerox de todos os processos em tramitação do STM (Superior Tribunal Militar), agora divulgados.

Um dos objetivos, explica um dos coordenadores do projeto, Marlon Weichert, procurador na 3ª Região, foi evitar que os processos judiciais fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado

Novo. ● METRO CURITIBA

**METRO 18 AGO 2017**

## **Gilmar manda soltar; mas Bretas ordena prisão**

O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou, ontem à noite, a manutenção das prisões de Jacob Barata Filho, o atual "Rei dos Ônibus", e Lélis Teixeira, presidente da Fetranspor (Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio de Janeiro). As decisões, na prática, anularam o efeito da liminar deferida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes concedeu, que pouco antes havia concedido habeas corpus aos dois.

Eles foram presos no início de julho na operação Ponto Final, um dos braços da Lava Jato no Rio, que apura fraudes no setor de transportes do Estado. Barata e Lélis são acusados de integrar um esquema de corrupção envolvendo o setor de transportes do Estado que teria desviado cerca de R\$ 260 milhões dos cofres do Estado.

Na decisão anterior, para substituir a prisão, Gilmar impôs restrições ao empresário, como ficar em casa no período da noite, nos fins de semana e feriados, proibição de deixar o país, entregar o passaporte em até 48 horas, e não manter contato com os demais investigados. Jacob, que tem 43 empresas e é dono de negócios no Rio, em outros Estados e até no

exterior, foi preso no aeroporto do Galeão, prestes a embarcar para Portugal.

A mulher de Gilmar é tia do genro do empresário e, segundo o jornal "Valor", o ministro foi padrinho de casamento de Beatriz, filha do Jacob, mas ele não se declarou impedido para julgar o caso.



**RENATA  
MACHADO**  
METRO RIO

18 AGO 2017

## BEMPARANÁ

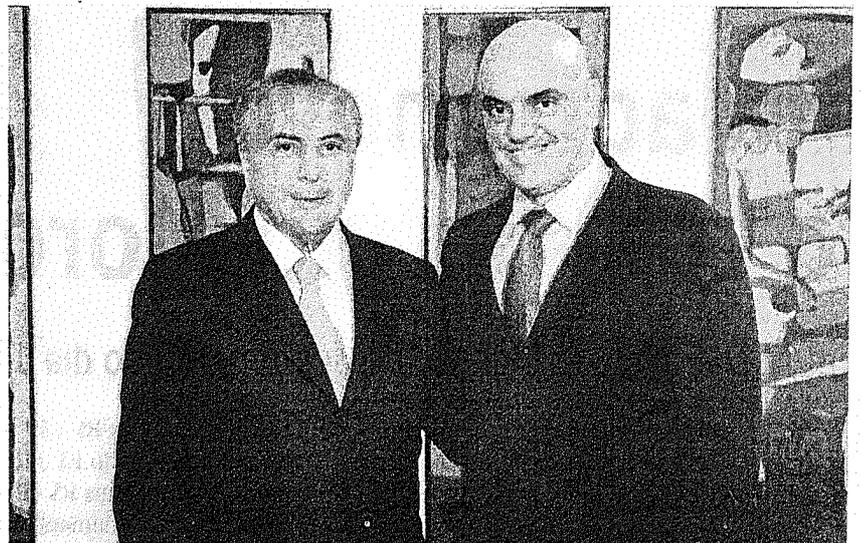
# || Moraes vai decidir sobre pedido de impeachment

Indicado por Temer deve avaliar ações da OAB e oposição na semana que vem

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve decidir até o início da próxima semana sobre duas ações apresentadas ao Supremo - uma por parlamentares da oposição, outra pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - que pedem à Corte que ordene o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a dar o andamento dos pedidos de impeachment do presidente da República, Michel Temer, na Câmara

O ministro afirmou isso a repórteres antes da sessão do Supremo, na tarde de ontem ainda antes de ser sorteado relator do mandado de segurança de autoria impetrado pela OAB. O presidente da ordem, Claudio Lamachia, aponta demora de quase três meses e meio para dar seguimento ao processo de impeachment na Câmara.

Alegando omissão por parte do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os deputados Alessandro Molon (Rede-RJ), Aiel Machado (Rede-PR), Henrique Fontana (PT-RS) e Júlio Delgado (PSB-MG) pediram no dia 28 de junho que a Suprema Corte conceda uma liminar obrigando Maia a analisar a presença dos requisitos formais nas denúncias já apresentadas e a providenciar a instalação das



Temer e Moraes: demora de quase três meses para decisão

comissões especiais para analisar o mérito dos pedidos.

**Explicações** - Em 29 de junho, Alexandre de Moraes solicitou explicações do presidente da Câmara a respeito da não apreciação dos pedidos de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB). A resposta extrapolou o prazo dado, de 10 dias, e só chegou na quarta-feira, 16, ao STF. A resposta de Maia ainda não está disponível no sistema de visualização de documentos do Supremo Tribu-

nal Federal.

Na ação, os parlamentares da oposição afirmam que a Câmara já tinha recebido 21 denúncias por crime de responsabilidade contra Temer, até aquele momento, "sem que nenhum andamento fosse tomado".

Ao não dar nenhum despacho nos pedidos de impeachment, o presidente da Câmara estaria "ferindo direito líquido e certo dos parlamentares de se pronunciarem sobre o tema", afirmam.

18 AGO 2017

# BEMPARANÁ

## Lula tenta adiar novo encontro com Sérgio Moro

Defesa de ex-presidente pede a juiz suspensão de depoimento do dia 13

Da Redação com agências

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva requereu ontem ao juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, suspensão do novo interrogatório do ex-presidente, marcado para 13 de setembro, no processo em que o petista é acusado de corrupção passiva por propinas da empreiteira Odebrecht para compra de terreno supostamente destinado à construção de uma futura sede do Instituto Lula.

Na mesma petição, os advogados pediram ao magistrado que determine ao Ministério Público Federal a apresentação de todas as correspondências trocadas com o Ministério Público da Suíça sobre o sistema "My Web Day" - exibindo, inclusive, a via eletrônica dos documentos para que sejam submetidos à perícia.

Segundo os advogados de Lula, a força-tarefa do Ministério Público Federal na Lava Jato informou que não teve acesso à "cópia integral" do sistema, embora um delator da Odebrecht tivesse declarado "estar na posse da chave correspondente". A defesa do ex-presidente alega que o colaborador se "retratou" dessa afirmação, cinco dias após ter re-

querido o acesso ao "My Web Day".

Ao requerer a suspensão dos interrogatórios marcados para setembro, inclusive o de Lula, a defesa argumentou necessidade de submeter ao contraditório papéis que foram juntados no dia 3 de agosto pelo Ministério Público, "após a realização de 34 audiências e a oitava de 97 testemunhas".

"O Ministério Público Federal promoveu a juntada tardia de papéis ao processo, impedindo que a defesa pudesse indagar às testemunhas sobre esse material", afirmam os advogados. "Há necessidade de dar oportunidade para que as testemunhas indicadas pela defesa sejam reinquiridas. A juntada desses papéis também não foi acompanhada de qualquer indicação de origem e devem ser objeto de uma perícia."

**Aparato** - O primeiro depoimento de Lula a Moro, em 10 de maio, em Curitiba, mobilizou uma "operação de guerra" para garantir a segurança e evitar confrontos entre os manifestantes pró e contra o petista. Segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1.700 policiais militares, além de 250 guardas municipais e outros 250 agentes de trânsito foram destacados para a ope-

ração, que custou R\$ 150 mil aos cofres públicos, sendo R\$ 110 mil com o aparato da PM, mais R\$ 40 mil com os custos de patrulhamento aéreo com helicópteros.

As ruas do bairro do Ahú, onde fica a sede da Justiça Federal, foram bloqueadas a uma distância de 150 metros do local, e só moradores, comerciantes ou trabalhadores cadastrados puderam acessar a região durante o dia. A operação contou ainda com atiradores de elite e veículos blindados.

**Vídeo** - No mês passado, Moro cogitou dispensar Lula de voltar à Capital paranaense, se dispondo a ouvi-lo por videoconferência. Ao intimar o ex-presidente, o juiz alegou que um novo depoimento presencial na sede da Justiça Federal na Capital paranaense poderiam trazer "gastos indesejáveis de recursos públicos com medidas de segurança". Por isso, deixou a cargo da defesa do petista a decisão, abrindo a possibilidade de que o ex-presidente preste o depoimento à distância, sem precisar se deslocar a Curitiba novamente. No entanto, os advogados de Lula não concordaram e solicitaram a audiência presencial.

18 AGO 2017

# BEMPARANÁ

## Juiz libera R\$ 10 mi de marqueteiros

O juiz federal Sérgio Moro mandou liberar R\$ 10 milhões ao casal de marqueteiros de campanhas presidenciais do PT, João Santana e Mônica Moura. Este montante faz parte de um total de R\$ 25.511.514,44 confiscados dos publicitários.

A defesa do casal vinha solicitando a Moro que desbloqueasse o dinheiro, sob alegação que João Santana e Mônica estão "passando por dificuldades". Segundo os advogados, os marqueteiros não podem "trabalhar e auferir renda para seus gastos pessoais e de suas famílias, sendo, então, de vital

importância a restituição dos valores remanescentes, inclusive, para pagamento dos honorários advocatícios".

Santana e Mônica são delatores da Lava Jato. O casal foi preso em fevereiro de 2016 e solto em agosto do ano passado. De acordo com Moro, a defesa "juntou elementos aptos a demonstrar de que concordou com a repatriação e o perdimento dos valores bloqueados na Suíça, de USD 21.657.454,03, e que assinaram todos os documentos necessários à efetivação dessas medidas".

O magistrado relatou que o Minis-

tério Público Federal confirmou que o casal tomou "as providências necessárias para a repatriação e perdimento dos valores mantidos na Suíça".

"A repatriação dos valores mantidos na Suíça ficou a cargo da Procuradoria-Geral da República e ainda tramita, em cooperação jurídica internacional", anotou o juiz da Lava Jato. "Não é justo, a ver do Juízo, penalizar os colaboradores, que fizeram a sua parte no que se refere ao acordo, retendo em bloqueio judicial valores que não foram perdidos no acordo de colaboração."

### Ordem cobra definição do Supremo

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional, Cláudio Lamachia, entrou com um Mandado de Segurança contra o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), no Supremo Tribunal Federal (STF), em razão da demora de quase três meses e meio para dar seguimento ao processo de impeachment do presidente Michel Temer na Casa.

O pedido foi protocolado por Lamachia no dia 25 de maio e permanece até hoje engavetado pelo presidente da Câmara. O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes chegou a pedir explicações ao parlamentar sobre a suposta demora.

O argumento central do pedido de impeachment da OAB é o conteúdo da conversa gravada pelo executivo Joesley Batista, da JBS, com Temer na noite de 7 de março no Palácio do Jaburu. O diálogo mostra que o presidente ouviu uma sucessão de crimes narrados por seu interlocutor.

18 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Ex-ministro de Temer vai decidir sobre impeachment

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes disse ontem (17) que decidirá até o início da semana que vem sobre os mandados de segurança que querem obrigar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a dar um parecer sobre os pedidos de impeachment contra o presidente Michel Temer que estão no Congresso Nacional.

Moraes foi escolhido relator do mandado protocolado nesta quinta-feira pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com pedido de liminar, no qual pede que o STF ordene a apreciação de um pedido de impeachment contra Temer feito pela entidade em maio. O pedido foi encaminhado à Câmara, mas não foi apreciado pela Casa. ●

### **Sem surpresa**

O governador Beto Richa (PSDB) afirmou ontem ter ficado feliz com a decisão da Justiça que rejeitou ação do Ministério Público contra ele; o ex-secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini (SD) e oficiais do comando da PM pelos confrontos de 29 de abril de 2015, durante a votação das mudanças na previdência dos servidores públicos, que terminou com mais de 200 feridos. Richa disse, porém, não comemorar a decisão. "Fico muito feliz e confesso que não fico surpreso porque sempre acreditei que o destino daquelas denúncias seria o arquivamento", disse.

18 AGO 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

# Defesa pede suspensão de depoimento de Lula

Interrogatório está marcado para o dia 13 de setembro



Os advogados de Luiz Inácio Lula da Silva protocolaram, nesta quinta-feira (17), documento em que pedem ao juiz Sérgio Moro a suspensão dos interrogatórios relativos à 2ª ação penal contra o ex-presidente na Operação Lava Jato, marcados para setembro. O processo investiga se a doação de um terreno em São Paulo e a compra de um apartamento em São Bernardo do Campo foram propina da Odebrecht a Lula.

O interrogatório do ex-presidente, especificamente, está marcado para o dia 13 de setembro. Conforme a defesa, foram ouvidas 97 testemunhas de acusação e defesa neste processo. ●

**18 AGO 2017**

# **GAZETA DO POVO**

## **“Solução” para presos em delegacias, novos presídios do Paraná ficam para 2018**

**Projeto inicial, de 2012, foi alterado pela Secretaria de Segurança Pública diminuindo de 20 para 14 as novas unidades; auditoria do TCE já indica que esta gestão não resolverá o problema**

Ana Caldas , especial para Gazeta do Povo

Atualmente as delegacias no Paraná abrigam mais de nove mil presos que poderiam estar em presídios, penitenciárias e cadeias públicas, se as obras previstas pelo governo do estado tivessem saído do papel. O projeto que vem desde 2012 prevê a criação de 6.756 novas vagas distribuídas em oito cidades paranaenses. Até agora, porém, cinco licitações foram realizadas e apenas a construção da cadeia pública de Campo Mourão, na região central do estado, está em andamento.

Em dezembro de 2016, o projeto que agora está sob a responsabilidade do Departamento Penitenciário do Estado (Depen), pois originalmente era da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (Seju), foi reestruturado com uma redução de 20 para 14 obras. A mudança se deve à decisão do governo em utilizar tornozeleiras eletrônicas, para diminuir a população carcerária nas delegacias. “Com as mudanças, priorizamos ampliar vagas para o regime fechado. Inicialmente previa-se ampliação, com prioridade, para o semiaberto e agora não haverá mais necessidade com o uso das 5.600 tornozeleiras,” informou o secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), Wagner Mesquita.

O valor total dos recursos para a execução dos projetos é de R\$ 101 milhões do governo federal (aprovados em 2012 pelo Programa de Apoio ao Sistema Prisional, do Ministério da Justiça), mais R\$ 30 milhões do governo estadual, que já estão depositados em contas específicas da Caixa Econômica Federal, para cada uma das obras. As empresas KS Construtora Galvan, Korchak & Korchak, Endeal Engenharia e Construções, Doliwa Dias e Dalmina Construções são as

**CONTINUA**

vencedoras das licitações para construção e ampliação de presídios em Piraquara (RMC), Campo Mourão (região central), Cascavel e Foz de Iguaçu (ambas no Oeste). Ainda aguardam processo licitatório outras nove obras.

A estimativa dada pelo governo é de que as licitações aconteçam ainda ao longo deste ano e todas as obras estejam finalizadas no final de 2018. Campo Mourão é a única cidade com obra em andamento, com 25% do trabalho executado, segundo informações da Sesp. As obras que haviam sido paralisadas foram retomadas neste ano.

Ao ser questionado sobre a demora em resolver o projeto que vem desde 2012 sem sair do papel, o secretário de Segurança informou que agora foi formado um Grupo Especial com engenheiros da Sesp, da Caixa Econômica e profissionais da Paranaprevidência. “Desta forma resolvemos já com o grupo, não necessitando fazer um trâmite entre os órgãos, que era o que impedia que o projeto tivesse respostas mais ágeis, “ informou.

### **TCE realiza auditoria no sistema carcerário no Paraná**

Em 2016, o Paraná gastou R\$ 720 milhões para manter a população carcerária nos presídios do estado - com custo médio de R\$ 35 mil por preso naquele ano. É um dos dados levantados pela auditoria que vem sendo realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Outra conclusão é a de que o atual governo não resolverá o problema de superlotação nas delegacias.

“Com certeza, não vai ser esta administração que vai resolver, em definitivo, o problema prisional no estado, mas poderá adotar medidas propostas pela auditoria que melhorem as condições atuais e passar a seguir um planejamento que se estenderá para as próximas gestões e que será acompanhado pelo tribunal”, disse Luiz Alberto Cartaxo, diretor do Depen, em reunião na Secretaria de Segurança Pública do Paraná, no último dia 2 de agosto. A auditoria será concluída em novembro deste ano.

### **Ampliação de vagas prevê terceirização de agentes penitenciários**

O último concurso para agentes penitenciários, realizado em 2015 e que preencheu 590 vagas, venceu no último dia 5 de julho e não há previsão para a realização de nova seleção. Existe um déficit de 1,6 mil

funcionários na estrutura atual do sistema prisional do Paraná, segundo informações do Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindarspen). Pelas informações da assessoria da Sesp, já existe a confirmação de um estudo que vem sendo realizado para a terceirização dos serviços nas unidades prisionais.

“O que nos parece é que este protocolo está engavetado porque há uma intenção de terceirizar os presídios. Se isso acontecer, teremos problemas ainda mais graves, a exemplo das rebeliões que aconteceram em penitenciárias terceirizadas pelo país”, informa a presidente do Sindarspen, Petruska Niclevisk Sviercosk. Em nota, a Sesp informou que o governo do estado contratou 520 agentes penitenciários por meio de concurso público desde 2013. Além disso, outros 1.201 agentes de cadeia foram chamados ao longo de 2016, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

### **Paraná é um dos poucos estados que ainda não retirou presos das delegacias**

Estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo já resolveram a situação de transferência dos presos das delegacias para unidades do sistema penitenciário. Paraná é um dos poucos, em que a situação além de não resolvida, só se agrava. O próprio Depen aponta no Mapa Carcerário que, na última consolidação de dados, em 25 de novembro de 2016, o Paraná possuía exatos 28.974 presos. Desse total, 19.237 estavam nos 33 presídios mantidos pelo Depen e 9.737 (33,6%) se amontoavam nas 174 cadeias e delegacias, distribuídas nas nove divisões regionais, sob a custódia da Polícia Civil.

Com capacidade para 4.417 detentos provisórios, as cadeias e delegacias tinham, naquela data, 5.320 presos além do que podiam comportar. Sua taxa de ocupação alcançava mais de 2,2 vezes a quantidade de vagas disponíveis. O indicador mais grave de superlotação estava na região de Londrina, com 2.398 presos além da capacidade. Embora menos grave, o excesso de presos também se verificava nas 33 penitenciárias, espalhadas por todas as regiões do estado. Com 18.103 vagas para os regimes fechado e semiaberto, esse sistema apresentava, em novembro passado, déficit de 1.134 vagas.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 18 AGO 2017

CONTINUAÇÃO

Na última semana, o governador Beto Richa (PSDB), enviou à Assembleia Legislativa projetos de lei que tratam da área de segurança, com destaque para incentivo salarial aos policiais. Um deles aborda o pagamento por atividade extra, que possibilitará o aproveitamento de profissionais em horário de folga. Outro projeto trata de retardar aposentadorias, oferecendo abono de permanência, para, dessa forma, aproveitar profissionais em atividades internas e na guarda de imóveis. A medida é para resolver a falta de recursos para contratação de novos funcionários.

## **Associação ingressa com ações para retirar presos de delegacias**

Após diálogo junto ao governo e considerado sem êxito pela Associação dos Delegados da Polícia Civil do Paraná (Adepol), a entidade afirma que o estado tem se mantido na inconstitucionalidade. “São 10 mil presos cumprindo penas nas delegacias em condições desumanas e policiais civis em desvio de função”, informa João Carlos Kepler Noronha, presidente da entidade. A Adepol entrou nos últimos meses com duas ações na Justiça Estadual: uma liminar pedindo a imediata retirada dos presos das delegacias, além de estipular que ações de custódia e transporte sejam realizadas pela Polícia Militar e pelo Depen. Atualmente, segundo a entidade, a maioria dos delegados está em desvio de função quando “cuidam” dos presos dentro das delegacias. Por lei, os presos deveriam ficar nas delegacias até a lavratura do flagrante e depois teriam que ser transferidos para os presídios. “Hoje temos situações em que as celas que podem abrigar dois presos, já estão com mais de dez”, informa Noronha.

A outra ação que foi ajuizada no mês de julho é para que sejam nomeados os delegados aprovados no último concurso realizado em 2013. O Paraná tem 780 cargos de delegados, e desses apenas 410 estão ocupados. Na mesma ação, a associação solicita a abertura de novo concurso para nomeação de escrivães e investigadores, a fim de suprir o déficit atualmente existente nos quadros da Polícia Civil. Ambas as ações sofreram indeferimento e aguardam decisão do Tribunal de Justiça do Paraná sobre recursos interpostos.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 18 AGO 2017

CONTINUAÇÃO

Ainda tramita na Assembleia um projeto de lei que proíbe a custódia de presos em unidades de Polícia Judiciária de todo o estado do Paraná e também disciplina a atribuição da Polícia Militar para a realização de escoltas. A matéria passará por comissões temáticas antes de ir para votação no plenário. O projeto é de autoria do deputado Delegado Recalcatti (PSD).

## Obras em presídios

Veja os projetos de construções e ampliações em presídios do Paraná:

- Tipo de obra**
-  Construção
  -  Ampliação

- Status**
-  Em construção
  -  Licitada
  -  Não licitada ainda

Tipo de obra	Status	Valor	Empresa	Local	Início das obras	Prazo final
 Construção Pública da Cadeia Pública de Campo Mourão	Em construção	R\$ 9,1 milhões	Korchak & Korchak	Campo Mourão	Já está em execução com 25 % das obras	dezembro de 2017
 Construção do Centro de Integração de Piraquara	Licitada	R\$ 3,4 milhões	KS Construtora Galvan EPP	Piraquara	agosto de 2017	1º semestre de 2018
 Ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara I	Não licitada			Piraquara	dezembro de 2017	2º semestre de 2018
 Ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara II	Não licitada	R\$ 9,4 milhões	Endeal Engenharia e Construções	Piraquara	setembro de 2017	1º semestre de 2018
 Ampliação da Casa de Custódia de Piraquara	Não licitada	R\$ 6,5 milhões	KS Construtora Galvan Ltda. EPP	Piraquara	setembro de 2017	1º semestre de 2018
 Ampliação da Penitenciária Industrial de Estadual de Cascavel	Não licitada	R\$ 6,2 milhões	Doliwa e Dias Inc. Ltda	Cascavel	setembro de 2017	1º semestre de 2018
 Ampliação da Penitenciária Estadual de Foz de Iguaçu I	Licitada	R\$ 8,9 milhões	Dalmina Construções Ltda	Foz do Iguaçu	Início das obras	outubro de 2017
 Construção da Cadeia Pública Jovens e Adultos Piraquara	Não licitada			Piraquara		novembro de 2017
 Ampliação da Penitenciária Feminina do Paraná	Não licitada			Piraquara		janeiro de 2018
 Construção da Cadeia Pública de Londrina	Não licitada			Londrina		janeiro de 2018
 Construção do Centro de Integração de Campo Mourão	Não licitada			Campo Mourão		novembro de 2017
 Construção da Cadeia Pública de Guaíra	Não licitada			Guaíra		janeiro de 2018
 Construção da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu	Não licitada			Foz do Iguaçu		janeiro de 2018
 Construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa	Não licitada			Ponta Grossa		janeiro de 2018